

**Relações camponesas na reforma agrária: alguns relatos do cotidiano no serviço de
Assistência Técnica e Extensão Rural**

**Peasant relations in agrarian reform: some daily reports in the technical assistance and
rural extension service**

**Relaciones campesinas en la reforma agraria: algunos informes diarios en el servicio de
asistencia técnica y extensión rural.**

Recebido: 00/09/2019 | Revisado: 00/09/2019 | Aceito: 00/09/2019 | Publicado: 18/10/2019

Renato de Carvalho Lopes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3624-2496>

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

E-mail: renato.carvalho@ufv.br

Resumo

Nesse artigo são feitas algumas reflexões sobre a campesinidade presente em assentamentos rurais de reforma agrária no entorno do Distrito Federal, região central do Brasil, tendo como olhar parte da experiência profissional do autor em seus trabalhos como extensionista rural vinculado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater – DF) nessas comunidades. Optou-se como metodologia o estudo de casos e análise dessas experiências dialogando com literatura acadêmica correlata. Para apresentação dessas reflexões sobre o modo de vida dos moradores e trabalhadores desses assentamentos rurais, são descritas situações práticas envolvendo ritos e signos e as suas relações sociais nos processos simbólicos que correlacionam o trabalho na terra e o modo de “saber fazer” dessas famílias.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Extensão Rural; Campesinidade; Agricultura Familiar.

Abstract

In this article some reflections are made about the peasantry present in rural agrarian reform settlements in the Federal District, central region of Brazil, based on part of the author's professional experience in his work as a rural extension worker linked to the Technical Assistance and Extension Company Rural Federal District (Emater - DF) in these communities. The chosen methodology was the “case study” and the analysis of these experiences in dialogue with the academic literature related to the topic addressed. To present these reflections on the way of life of the residents and workers of these rural settlements, practical situations involving

rites and signs and their social relations in the symbolic processes that correlate the work of the land and the way of "knowing how to do" of these families.

Keywords: Agrarian Reform; Rural Extension; Peasantry; Family Farming.

Resumen

En este artículo se hacen algunas reflexiones sobre el campesinado presente en los asentamientos rurales de reforma agraria del Distrito Federal, región central de Brasil, analizando parte de la experiencia profesional del autor en su labor como extensionista rural vinculado a la Empresa de Asistencia Técnica. y Extensión Rural del Distrito Federal (Emater - DF) en estas comunidades. La metodología elegida fue estudiar casos y analizar estas experiencias en diálogo con la literatura académica relacionada con el tema tratado. Para presentar estas reflexiones sobre la forma de vida de los habitantes y trabajadores de estos asentamientos rurales, se describen situaciones prácticas que involucran ritos y signos y sus relaciones sociales en los procesos simbólicos que relacionan el trabajo en la tierra y la forma de "saber" de estas familias.

Palabras clave: Reforma Agraria Extensión Rural; Campesino; Agricultura Familiar.

1. Introdução

É vasta a discussão política e acadêmica que tem sido feita ao longo dos anos no Brasil acerca de temas que remetem ao espaço rural e à identidade das pessoas que produzem e se reproduzem socialmente no campo. Percebe-se, assim, uma patente disputa política-ideológica em torno dos termos historicamente utilizados para denominar esses sujeitos. São assalariados, posseiros, parceiros, meeiros, arrendatários, assentados, pequenos proprietários de terra e demais habitantes e trabalhadores que ocupavam e seguem ocupando o espaço rural brasileiro e que, indubitavelmente, fazem parte de uma classe social empobrecida e excluída pelo processo histórico de direito ao acesso, ao uso, ao domínio e à posse da terra no Brasil.

Nas primeiras décadas do século XX, segundo Martins (1981), esses moradores, trabalhadores rurais e suas famílias eram pejorativamente tratados pelo Estado como “caipiras”, “caboclos”, “roceiros”, “rurícolas”, “sertanejo”, dentre outras terminologias. Medeiros (1995) aponta que esses termos não eram isentos de ideologia política e serviam para ampliar o estigma contra essa parcela da população rural e reduzir a dimensão de seu trabalho e sua forma de exploração da terra. No entanto, outras expressões como “camponeses”, “colonos”,

“lavradores” e “trabalhadores agrícolas” foram cunhadas com o intuito de contrapor a posição do Estado, em busca de reconhecimento e justiça social.

No decorrer das décadas de 1960 a 1980, no contexto mundial da chamada “Revolução Verde” e da modernização conservadora da agricultura, e o Brasil vivenciando uma ditadura militar, muitas lutas foram travadas por esses sujeitos, pelas suas entidades representantes e pelos movimentos sociais, que demandavam, dentre outras questões, por direitos à terra e por políticas públicas que garantissem melhores condições de vida no campo. Nas décadas mais recentes, após o período de redemocratização do país, algumas poucas e significativas conquistas têm sido alcançadas pela população rural. Todavia, presencia-se também o avanço de propostas políticas neoliberais de redução do Estado e desmonte de políticas públicas, especialmente as voltadas para às classes mais empobrecidas. A partir de então, os termos para se referir à essas pessoas estão em constante mudança e seguem carregados de valores concretos e simbólicos. Expressões como “trabalhadores rurais”, “beneficiários de reforma agrária”, “agricultores familiares”, “produtores rurais” e “empreendedores rurais”, passam a ser utilizadas para designar essa parcela de indivíduos e seus coletivos que ocupam o espaço rural.

A forma que esses termos tem sido empregados no cotidiano podem depender da conotação sociocultural, acadêmica, política ou jurídica que se pretende vincular esses sujeitos. Geralmente, essas denominações também estão associadas ao tipo de posse e domínio da terra, ao tipo de exploração e gestão econômica realizada pelas famílias, ao tamanho da área ocupada e explorada, ou ainda, pode depender da disputa política partidária e do reconhecimento socioeconômico que o Estado pretende dispensar à população rural em certo período de determinado governo. Dessa forma, os termos utilizados seguem e seguirão em disputa ideológica no país. No entanto, duas expressões e suas nuances serão abordadas nesse artigo: “camponês” e “agricultor familiar”.

Embora, por uma percepção popular, a palavra “camponês” possa parecer sugestiva à uma interpretação simplista e sinonímica para se referir à parcela das populações que ocupam os espaços rurais, o seu conceito é profundo e determina uma enorme complexidade histórica em relação aos indivíduos que o caracterizam. De acordo com Marques (2012), trata-se de uma conceituação amplamente estudada pelas ciências sociais no mundo todo e que, no nosso país, está intrinsecamente “ligada às disputas políticas e teóricas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo” (Marques, 2012, p.48). Martins (1981) aponta que o conceito de “camponês” foi importado da Europa e corresponde ao período feudal vivenciado na idade média naquele continente e que tinha a servidão e vassalagem como formas de exploração do trabalho. No Brasil, o autor relata

que o termo teve seu uso generalizado nas décadas de 1940 e 1950, e que permitiu destacar os trabalhadores rurais e suas famílias como importantes atores políticos. Assim, o campesinato, segundo Marques (2012), se trata de uma classe social que tem sua organização de produção e seus meios de vida ligados historicamente à tríade “terra”, “trabalho” e “família”, e suas múltiplas formas de se expressar.

A agricultura de base familiar, como coletivo ligado à produção agrícola para autoconsumo e comercialização de excedentes, está presente no Brasil desde o período colonial como forma de contrapor o sistema de “plantation”, e seguem resistindo socioeconomicamente e culturalmente, com passar do tempo, ao arcabouço da monocultura latifundiária de exportação. Entretanto, a categoria “agricultura familiar” começa a ganhar visibilidade no cenário e na agenda política nacional a partir da década de 1990, com a intensificação das críticas sociais e ambientais direcionadas à agricultura empresarial exportadora e à exploração latifundiária que foram sempre privilegiadas pelo Estado brasileiro (Medeiros, 2010; Sabourin, 2014; Wanderley, 2014). Assim, não somente pela sua relevância sociocultural e econômica na produção de alimentos para o mercado interno, mas também devido ao cenário político da época, o termo “agricultura familiar”, amplia sua participação nos debates políticos e é vinculado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), política pública de crédito subsidiado que fora estabelecida no país em 1996 (Brasil, 1996). Porém, as diretrizes que determinam os requisitos para que o produtor rural, proprietário ou não da terra, pequeno ou médio, se enquadrasse nessa categoria, foram apresentadas somente com a Lei 11.326 de 2006 (Brasil, 2006).

Nesse sentido, ao relacionar a tríade: propriedade, trabalho e família; Wanderley (1999) indica que a agricultura camponesa está interligada ao conceito de agricultura familiar, sendo uma de suas formas. Porém a autora especifica que o campesinato possui particularidades em relação ao conceito genérico de agricultura familiar e cita os estudos do autor francês Henri Mendras, indicando que o campesinato possui características específicas como “uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarcia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global” (Wanderley, 1999, p. 23). Assim, a autora nos mostra que no campesinato há uma enorme diversidade nas formas de produção e de relação, endógenas e exógenas, com os saberes associados à lida com a terra.

Diante do exposto, esse artigo tem a proposta de discutir parte das semelhanças, diferenças e interseções, históricas e atuais, entre o “camponês” e o “agricultor familiar”, tendo como enfoque a relação entre o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e os

sujeitos e comunidades rurais beneficiárias da reforma agrária. Por isso, à frente serão apresentados alguns relatos de casos, buscando debater, do ponto de vista do autor, os desafios dessa relação diante da prática de Ater pública, da prática de campo e da convivência diária com as famílias assentadas que vivem e trabalham no meio rural, mantendo suas relações culturais, produtivas e comerciais que lhes permitem reproduzir seu modo de vida (Scoones, 2009).

Nos trabalhos como extensionista rural e médico veterinário da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF), atuei durante cerca de cinco anos, entre os anos de 2014 e 2019, diretamente com as famílias assentadas do programa¹ de reforma agrária na localidade denominada Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Essa região, localizada no centro oeste do Brasil, é constituída pelo Distrito Federal (Brasília e cidades satélites) e por alguns municípios dos Estados de Minas Gerais e Goiás. Dentro desse universo, eram atendidos mais especificamente quatro assentamentos na cidade goiana de Padre Bernardo numa região conhecida como “Pé de Serra”. Foi nesse local que pude observar o cotidiano de cerca de quatrocentas e cinquenta famílias assentadas da reforma agrária e foi possível conhecer um pouco de suas histórias, seus meios de produção e reprodução social e cultural

No início do trabalho com os assentamentos da região aqui referida como “Pé de Serra”, foi percebida uma grande variedade de sotaques, gírias e costumes. Na burocracia inicial do trabalho de Ater para reconhecimento dos territórios e das comunidades, os momentos de preenchimento de fichas e cadastros junto a essas famílias revelava-se uma infinidade de localidades de onde eram provenientes. Pessoas de norte a sul do país. No entanto, de modo particular, grande parte das famílias eram do nordeste brasileiro.

Assim, no decorrer do trabalho e na execução das atividades de Ater, individuais ou coletivas, ouvia-se muito sobre as naturalidades e costumes desses moradores e trabalhadores. Alguns mais idosos relatavam ter chegado em Brasília ainda na época de sua inauguração ou logo após, no início da década de 1960 em diante e foram trabalhar na área urbana, especialmente na prestação de serviços. Outros diziam ter chegado entre o final da década de 1980 e início de 1990, tanto para trabalhar na área urbana quanto para integrar movimentos de luta por terra, já que eles recebiam notícias de parentes e amigos sobre a possibilidade de

¹ Esse trabalho foi fruto de uma Chamada Pública (02/2014) realizada pela Superintendência Regional nº 28 (SR 28) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em trinta projetos de assentamentos da RIDE.

participar do programa de reforma agrária e tornarem-se assentados em região privilegiada próximo à capital do país. Outros, mais recentemente, já em meados da década de 2000, relatavam ter migrado para viver e trabalhar conjuntamente com parentes que tiveram acesso à terra de reforma agrária e, a partir de então, eles também conseguiram se vincular à movimentos sociais e ter acesso à uma parcela de terra para trabalhar. A unanimidade, porém, se dava na seguinte frase: “Vim em busca de uma vida melhor!”.

Woortmann (1990b) destaca que a migração camponesa “não é apenas uma inviabilização de suas condições de existência, mas é parte de suas próprias práticas de reprodução” (p.35). Dessa forma, o ato de migrar é, inclusive, uma forma de permanência camponesa. Dialogando com o referido autor, Marques (2012) aponta que:

O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador. (Marques, 2012, p.65).

Da mesma forma, Woortmann (1990b) assim afirma que o “campesinato dissolve a dicotomia rural-urbano, unificando em sua experiência de vida as experiências da cidade e do campo” (p.35). Estudando especificamente o conjunto de assentamentos da região do Pé de Serra e analisando o seu processo de formação, Oliveira (2012) salienta que esses migrantes que foram trabalhar em Brasília desde sua inauguração, especialmente na prestação de serviços e construção civil, vislumbraram na década de 1990 a possibilidade de ingressarem em movimentos sociais e conquistar terra para trabalhar. Portanto, na prática, durante a prestação de serviço de Ater, ouvem-se muitos relatos desses trabalhadores que deixaram áreas rurais na juventude em Estados distantes, chegaram e permanecem por anos trabalhando nas cidades de Brasília e entorno, e por fim, retornam às atividades rurais quando conseguem acesso à terra por meio do programa de reforma agrária. Oliveira (2012) ainda destaca a heterogeneidade cultural encontrada nos assentamentos em questão, que refletem especialmente nos seus modelos de organização social e produtiva, e, que são frutos das diferentes trajetórias percorridas por essas famílias migrantes.

Dessa maneira, além das perspectivas plurais derivadas da migração camponesa, percebe-se que com o tempo, a agricultura familiar nesses assentamentos tem sofrido significativas transformações sociais, produtivas, tecnológicas e ideológicas, que estão

resistindo em coexistir lado a lado com grandes fazendas produtoras de commodities como pecuária de corte, soja, milho e algodão. E essas transformações desafiam o serviço de Ater em seguir assistindo essas famílias beneficiárias da reforma agrária mediante às antigas contradições e às novas configurações que se apresentam no espaço rural. Observa-se, inclusive, que apesar das imensas áreas destinadas à produção de monoculturas para exportação, algumas grandes propriedades rurais também reservam pequena parte de terra para atividades de menor escala, como cultivos olerícolas para comercialização local ou pequenas criações de animais para consumo próprio, e essas também tem demandado os serviços da Ater pública.

Por vezes, são constatadas estreitas relações sociais e produtivas entre latifundiários e as comunidades assentadas de reforma agrária circunvizinhas às grandes fazendas, tanto como trabalho assalariado ofertado às famílias assentadas pelos fazendeiros, quanto como arrendamentos e parcerias olerícolas ou pecuárias que os fazendeiros oferecem para explorar as terras dessas famílias. Assim, nota-se a existência de variações na forma capitalista de produção que os beneficiários atendidos pela Ater pública manifestam em suas relações comerciais. E verifica-se também, de menor ou maior profundidade, a presença das relações não mercantilizadas de caráter camponês em assentamentos de reforma agrária.

Tendo em pauta esse contexto, para apresentação dessas reflexões sobre os moradores, agricultores e trabalhadores rurais e os elementos da campesinidade que podem ser percebidos no modo de vida desses sujeitos e em suas representações, tanto concretas quanto simbólicas, são compartilhadas algumas vivências nas abordagens do serviço de Ater em rotina de visitas técnicas, avaliações clínicas e reuniões que foram realizadas ao longo desse trabalho nos assentamentos. Dessa forma, ao destacar parte do cotidiano dessas pessoas, suas famílias e suas possíveis relações camponesas nos casos relatados a seguir, procura-se não apenas descrever questões relativas aos seus ritos e signos, mas também apontar para o que Woortmann e Woortmann (1997) tratam de articulação das forças produtivas com relações sociais e o processo simbólico que envolve o trabalho com a terra, incluindo o modo de saber fazer dessas famílias.

2. Metodologia

O referido artigo é estruturado sobre relatos de experiências práticas no serviço de Ater do autor em seus trabalhos como Extensionista Rural da Emater-DF. Dessa forma, tomando como qualitativa a natureza dessa pesquisa, os relatos descritos são entendidos como “estudos

de casos” devido, sobretudo, a forma direta de obtenção das informações, e às análises dos processos sociais e culturais aqui presentes.

Um método científico, segundo Oliveira (2011), não pode ser considerado somente o caminho a ser percorrido pelo pesquisador, pois, além dos passos a serem traçados, também se leva em conta as motivações que conduzem um pesquisador a escolher um certo caminho e não escolher outro. Ainda segundo o referido autor, a opção por uma abordagem qualitativa na pesquisa busca “captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências” (M. F. Oliveira, 2011, p. 24). Portanto, o que se busca é considerar os fatos e suas motivações de diferentes pontos de vista, seja sob o prisma do pesquisador envolvido na observação do episódio, seja sob a ótica dos sujeitos, agricultores familiares e assentados de reforma agrária e seus conceitos e contextos históricos ali inseridos.

Nos relatos de casos a seguir, são citadas algumas práticas sociais e culturais encontradas em comunidades rurais de assentamento de reforma agrária no centro oeste do Brasil, e, de modo particular, são feitas algumas análises desses fatos à luz de estudos pretéritos. Dialogando com as proposições de Gil (2002), considera-se que a referida pesquisa tem características descritivas e explicativas, pois além de relatar as particularidades de sujeitos e fenômenos, nos casos aqui referidos, também se busca identificar quais os motivos que definem ou que colaboram para a ocorrência de tais eventos.

Ao descrever os estudos de Cervo e Bervian (2002) sobre metodologia científica, Oliveira (2011) concorda com os autores sobre a importância do pesquisador sempre “observar” atentamente os fatos e objetos para que se obtenha conhecimento com clareza e precisão. Assim, a observação é imprescindível para o pesquisador coletar informações e indícios sobre a realidade que pretende analisar e o “obriga a ter contato mais direto com a realidade” (M. F. Oliveira, 2011, p. 38). Então, não foi apenas observando, mas também relativizando os fatos a seguir, que pretendeu-se apontar algumas possíveis relações camponesas reproduzidas pelas comunidades rurais de assentamentos da reforma agrária.

3. Relatos de experiências

Como mencionado anteriormente, os relatos a seguir estão em primeira pessoa por tratarem-se das vivências do autor em sua rotina de trabalho de campo como extensionista da Emater-DF em assentamentos de reforma agrária na região do Entorno de Brasília-DF entre os

anos de 2014 e 2019. Os nomes das localidades foram mantidos como realmente são e os nomes das pessoas foram alterados por pseudônimos para preservação de suas identidades.

3.1 Relato 1 - O simbolismo na posse de gado

A região dos assentamentos rurais aqui referida está localizada no Planalto Central brasileiro, região Centro-Oeste do Brasil, de predominância do bioma “Cerrado”, segundo maior bioma brasileiro e que ocupa cerca de 1/4 do território Nacional. Essa microrregião do entorno do Distrito Federal possui um clima de alternância em duas estações bem definidas ao longo do ano: verão quente e úmido e inverno seco com temperaturas mais amenas (Barbosa e Assunção, 2007). Além de baixos índices pluviométricos por mais da metade do ano, a falta de recursos financeiros para aplicar em suas atividades agrícolas é um entrave bastante relatado pelas famílias assentadas da reforma agrária. Aliado a isso, soma-se o descaso de origem desses assentamentos na implantação de infraestrutura básica como acesso a moradia, água, energia elétrica, transporte, etc., e ainda, mencionando também o considerável distanciamento até os centros de comercialização de olerícolas e frutíferas (feiras livres, mercados, centros de abastecimentos de alimentos - Ceasa, etc.), percebe-se, portanto, uma grande dificuldade para que essas famílias assentadas desenvolvam uma produção agrícola de forma rentável. Portanto, mesmo que de maneira precária e pouco viável tecnicamente para a agricultura familiar, a bovinocultura extensiva tem aparecido como uma das principais atividades pecuárias exercidas por muitas famílias nos assentamentos citados.

Além do aspecto produtivo que exige aplicação de pouca mão de obra e baixa tecnologia, ou ainda, pelo fato de não requerer grande investimento financeiro inicial para desenvolver a referida atividade pecuária, Oliveira (2007), ao pesquisar a mesma região aqui por mim retratada, relata também o aspecto simbólico da criação de animais, especialmente o gado bovino. O autor explica que a posse desses animais está ligada a certo sentimento de afetividade que os assentados nutrem em relação aos seus territórios de onde migraram e em relação aos seus antepassados (parentes). O autor afirma que existe uma relação de *status social* na posse destes animais. Nos relatos cotidianos que eu ouvia desses trabalhadores e suas famílias, percebia-se que, para quem passou anos lutando com poucos recursos financeiros, muitas vezes desde o acampamento debaixo de uma lona para reivindicação da terra, até tornar-se assentado de fato, quando consegue ter a posse de algumas cabeças de gado, o trabalhador é visto na comunidade como alguém que “deu certo” na vida.

Outro fator também observado é que o gado bovino se configura como uma poupança que é garantida pela sua liquidez, ou seja, pela facilidade de comercializar em caso de necessidade urgente (Oliveira, 2012). Assim, era comum ouvir relatos das famílias assentadas que tinham o gado como uma poupança e que somente o venderiam em caso de alguma doença na família ou para realizar algum “sonho” que envolvesse a família de modo geral do tipo “ampliar a casa onde moram” ou “adquirir uma casa na cidade para alugar e melhorar a renda”.

Buscando ilustrar o modo com que algumas vezes nós, técnicos de campo do serviço de extensão rural, temos dificuldades na percepção dessas relações simbólicas que as famílias assentadas reproduzem no seu cotidiano de trabalho com a terra e que, eventualmente, são desconsiderados quaisquer aspectos mercantis, trago aqui um caso vivenciado no ano de 2015 no assentamento Boa Vista, localizado na cidade de Padre Bernardo, estado de Goiás: Estávamos numa visita de rotina de Ater em uma propriedade rural no referido assentamento, um colega de trabalho e também extensionista e eu, ambos ainda pouco experientes na prática de extensão rural. Na pequena propriedade em questão morava apenas um casal de idosos. Disseram ter chegado por ali logo que se iniciou o processo de instalação das famílias no local, há mais de vinte anos daquela época. Eles relataram que tinham como fonte de renda principal apenas as suas aposentadorias rurais, já que a idade não permitia mais que exercessem atividades agropecuárias que demandasse força física, muito menos elevados recursos financeiros.

O casal possuía cinco novilhos (bovinos entre 12 a 24 meses de idade) e que se apresentavam em condições nutricionais visivelmente desfavoráveis. Nos cálculos zootécnicos realizados pelo meu colega, estava financeiramente inviável manter os animais na propriedade devido, dentre outros fatores, aos elevados custos na aquisição de alimentos, pois havia pouca oferta de pastagem na chácara e ainda faltava tempo considerável para findar o período de seca que a região sazonalmente atravessa. Diante dos cálculos realizados para avaliar os custos que os animais estavam gerando, meu colega foi enfático em recomendar a venda imediata dos cinco animais para amenizar os prejuízos. E perante a negativa por parte do casal de agricultores, meu colega extensionista tornou a mostrar-lhes as contas que fez, indicando que o prejuízo era certo.

Independentemente de qualquer argumento contrário, não havia dúvida alguma para meu colega que, naquela situação, o casal deveria acatar a decisão do *saber técnico*. O casal de idosos insistia que não lhes interessava se desfazer dos animais, pois, além de gostarem muito dos novilhos, a possível venda seria realizada somente no próximo ano e o dinheiro seria utilizado para a construção de um telhado para cobrir parte da área externa da casa onde viviam.

Perante ao impasse criado, e, percebendo que a situação se tornara ligeiramente constrangedora naquela altura, resolvi fazer uma educada intervenção para encerrar o assunto e mudar o foco para outras questões envolvendo acesso a políticas públicas e benefícios sociais que pudessem interessar o referido casal. Nesse interim, meu colega ao perceber que minha atitude, deslocou-se para o veículo que estávamos e por lá ficou aguardando. O casal de idosos, ao observar o distanciamento do outro técnico, se voltam a mim queixando sobre a orientação que receberam sobre a venda dos animais e do comportamento pouco respeitoso. Daquele momento em diante, voltei o atendimento para assuntos menos técnicos e solicitei que relatassem mais sobre o processo histórico que os levaram à reforma agrária.

Posteriormente, já encerrada a visita e retornando ao escritório da Emater-DF, meu colega e eu debatermos essa experiência vivenciada e eu refletimos muito sobre o nosso comportamento e a relação do casal de idosos com seus animais. Percebemos que era uma relação bastante diferente à esperada quando atendíamos outros agricultores que tinham um viés produtivista. E discutimos e percebemos que nossa formação profissional em escolas técnicas e universidades, em grande parte, são direcionadas para atender as demandas de mercado capitalista e gerar lucro todo custo, desconsiderando qualquer outro sentimento ou relação histórico-afetiva que possa haver entre as pessoas e seus animais de produção.

Após o aprendizado com esse episódio, deparamos com vários outros semelhantes, onde foi observado que essas famílias assentadas nem sempre levavam em conta as “contas” feitas pelo *saber técnico* para tomar decisões em relação a sua produção agropecuária, demonstrando que a ligação com a terra tem diferentes significados para o referido público e que as relações mercantilistas muitas vezes são desconsideradas no modo de vida das famílias assentadas de reforma agrária.

Em vista disso, essa relação de apego das famílias à posse de gado bovino foi bastante notabilizada nos anos em que prestei serviço de Ater nesses assentamentos mencionados. E, diferentemente de outras questões afetivas ou religiosas que envolvem os bovinos e que podem ser encontrados em outras culturas ou países como é o caso da Índia, onde são considerados sagrados, o que se percebe é que para as famílias camponesas, esses animais estão amplamente inseridos em sua rotina, fornecendo carne ou leite ou ainda fornecendo couro e demais derivados. Por outro lado, os bovinos tem acompanhado o ser humano por séculos na forma de “animal de produção”, ou seja, são globalmente cultivados em escala elevada para atender as necessidades de dieta, vestuário, etc. Mas, no trabalho como médico veterinário em comunidades rurais, com certa frequência eu também sou demandado a realizar atendimentos clínicos em bovinos que são tratados pelas famílias de agricultores como animais de estimação.

Ou seja, há uma forte relação de afeto dessas famílias para com esses animais e, portanto, a análise de custos de produção em relação aos benefícios com comercialização, por vezes, são completamente desconsiderada.

3.2 Relato 2 – Religião, Magia e Ciência

Durante os anos de trabalho nas comunidades rurais, tenho percebido que é comum entre os moradores e trabalhadores, independentemente de qual religião se declarassem, católicos, evangélicos, kardecistas, umbandistas, etc., recorrerem à prática de *benzeção* à procura de cura para várias enfermidades, sejam das pessoas, sejam dos animais de estimação e produção. Segundo Demétrio (2016) “nas comunidades rurais, a busca da cura para os males do corpo e da alma advém tanto das crenças e tradições repassadas de pais para filhos, quanto da escassez da oferta de médicos (p.136)”.

Para Schweickardt (2002), as orações realizadas pelos benzedores é uma espécie de magia e essa prática é extremamente difundida por todo o Brasil. E Demétrio (2016) afirma também que a *benzeção* é realizada com a intenção de que as palavras proferidas e gestos realizados possam influenciar e modificar o “processo natural das coisas” para que a magia, a reza e a fé possam correlacionar fatos que aparentemente não tem relação uns com os outros (Demétrio, 2016).

Mauss (2003) aponta que existem mágicos em todas as sociedades e que não é mágico quem quer, já que para sê-lo “há qualidades cuja posse distingue o mágico do comum dos homens. Umas são adquiridas, outras são congênitas; há as que lhe são atribuídas e outras que ele possui efetivamente” (Mauss, 2003, p.63). Relatando a aproximação entre a prática da magia e as experimentações, Mauss (2003) também relata que o mágico é o homem que, por dom, experiência ou revelação, conhece a natureza e as naturezas; sua prática é determinada por seus conhecimentos”. E ainda destaca que:

[...] Um outro fato que prova a importância que possui, em magia, a noção de propriedade, é que uma das principais preocupações da magia foi determinar o uso e os poderes específicos, genéricos ou universais dos seres, das coisas e mesmo das ideias (Mauss, 2003, p.112).

Dessa forma, percebe-se que para Mauss (2003) a magia e a ciência estão em certa medida correlacionadas, já que as análises advindas da magia sobre as coisas concretas indicam um histórico de experimentações onde nota-se a existência de princípios rudimentares das análises científicas.

Em outra experiência vivenciada, relato a seguir o vínculo entre “magia e ciência” que se fazem presentes nas relações cotidianas na prática de Ater: Um senhor viúvo de 78 anos de idade à época. Morador do Assentamento chamado Vereda, viva numa área de solo de baixa fertilidade e de pouco acesso à água. A exemplo de outros por ali, ele ficara viúvo e os filhos ainda jovens tinham se mudado para Brasília no Distrito Federal, cerca de noventa quilômetros do assentamento, em busca de vida melhor. O senhor, que aqui chamarei pelo pseudônimo de “Ferreirinha”, possuía, entre animais jovens e adultos, vinte e cinco cabeças de gado bovino. Havia menos de seis meses que tínhamos iniciado o trabalho de Ater na região e um dia numa reunião sobre assuntos diversos no Assentamento Vereda, o Senhor Ferreirinha me abordou com uma solicitação não muito rara no cotidiano das pequenas propriedades rurais pelo país.

Ele me perguntou se eu conhecia alguém que sabia *benzer cobras*. Explico: Em várias regiões do Brasil, é comum a crença que quando ocorre em propriedade rural sucessivos ataques de cobra aos animais, ou seja, acidentes ofídicos com frequência elevada, os moradores, trabalhadores rurais e suas famílias recorrem a alguma pessoa que domina a arte da *benzeção* para afastar as cobras de sua propriedade rural. Os benzedores são geralmente anciãos regionalmente conhecidos pelo trabalho de cura de doenças e *quebra de maldições*. Mediante a solicitação, respondi prontamente ao Senhor Ferreirinha que não tinha conhecimento de ninguém com essas habilidades por ali, pois havíamos iniciado a pouco o trabalho de Ater naquela região, mas que se soubesse de alguém com tais habilidades, o avisaria prontamente.

Entretanto, procurando respeitar a crença do agricultor, mas também buscando refletir sobre a situação para um lado mais científico, pedi a ele que relatasse como se davam os acidentes ofídicos e quais eram os sintomas que ele observava nos animais que se encontras acometidos e adoecidos. O produtor me comunicou que havia morrido, até aquele momento, oito animais num intervalo de menos de duas semanas. Ele e alguns vizinhos, sem auxílio ou informações técnicas e contando apenas com a experiência do *saber prático* da lida do dia a dia com a pecuária, haviam chegado à conclusão de que os animais estavam morrendo por picada de cobra. Ao ouvir aquele relato sobre as condições que ocorriam as mortes dos animais, sobre os sintomas que apresentavam e, principalmente, por já saber um pouco sobre as condições nutricionais e sanitárias dos rebanhos em geral naquela região, desconsidere a hipótese de acidente ofídico e pensei que poderia se tratar de uma patologia conhecida como botulismo, que frequentemente acomete os bovinos em praticamente todo Brasil.

O botulismo em bovino, também conhecido em alguns locais como “doença da vaca caída” é uma enfermidade de alta letalidade e de ocorrência em todo o país. Pode se manifestar em animais que são criados em condições de deficiências nutricionais, especialmente falta de

minerais que são essenciais para o metabolismo dos bovinos como o fósforo, e ainda, em animais que tem acesso à áreas de pastagens contaminadas pela bactéria *Clostridium botulinum*, responsável pela produção da toxina botulínica. Essa bactéria pode estar presente especialmente em cadáveres de outros animais que permanecem em áreas de pastagens. Os bovinos se contaminam, seja por acesso direto aos ossos dos cadáveres, seja por possíveis contaminação de coleções de água ou alimentos. Os sintomas comumente encontrados são relativos à paralisia flácida parcial ou total de musculatura da locomoção, mastigação, respiração e deglutição. Isso leva os animais a apresentarem dificuldade respiratória, andar cambaleante e em estágios avançados da patologia, tendem a ficar de decúbito com a cabeça sobre o flanco e com a língua tracionada para fora da cavidade oral (Döbereiner & Dutra., 2004). Esse conjunto de fatores, por vezes levam o animal a óbito rapidamente e podem fazer os proprietários a acreditarem que a causa da morte está relacionada a acidentes ofídicos.

Portanto, informei ao Senhor Ferreirinha a minha suspeita clínica e relatei as principais formas de prevenção do botulismo que, além de melhores condições nutricionais e retirada de cadáveres de animais da propriedade, seria de suma importância adotar um programa de vacinação para evitar que outros animais fossem acometidos e morressem. Porém, percebendo que o Senhor Ferreirinha se mantinha resoluta na ideia de acidentes ofídicos, passei meu contato telefônico e solicitei que caso algum outro animal manifestasse alguma sintomatologia semelhante à dos outro que morreram, que ele me comunicasse para que pudesse visita-lo e avaliar *in loco* a situação.

Passadas quase duas semanas, o Senhor Ferreirinha, que não possuía telefone, pediu a um vizinho que me ligasse informando que havia um animal doente na sua chácara. Ao chegar no local, após realizar exame físico e clínico no animal e avaliar os sistemas de manejo sanitário e nutricional da atividade pecuária ali praticada, as evidências levavam a crer que poderia realmente ser botulismo a causa principal dos demais óbitos que ocorreram anteriormente. Notava-se que ele, o Sr. Ferreirinha, não estava fornecendo corretamente os minerais que são muito importantes na dieta dos bovinos e previnem surgimento de doenças como o botulismo. Observou-se também a presença de carcaças de animais mortos em algumas áreas de pastagem que estariam servindo como foco de contaminação. Novamente informei sobre as possibilidades de prevenção, já que a cura após a manifestação dos sintomas era pouco provável, pois o botulismo em bovinos possui alta taxa de letalidade. Recomendei que seria indispensável o fornecimento de sal mineral adequado para os bovinos; que fosse vacinado todo o rebanho para prevenir novos casos da doença; e que também fosse evitado o acesso dos animais nas áreas de pastagem que atuavam como possível foco de contaminação. Preocupado com a situação e

percebendo que o Senhor Ferreirinha ainda mantinha-se acreditando na hipótese que era acidente ofídico a causa de adoecimento e morte dos animais e, que ele não demonstrava estar disposto a adotar as recomendações técnicas e medidas sanitárias preventivas, sem, no entanto, comunicá-lo, tomei a decisão de contactar um filho do referido senhor que morava na área urbana de Brasília. Um vizinho do Sr. Ferreirinha tinha me passado o contato desse filho em caso alguma emergência. Liguei para ele e relatei toda a situação por mim observada com a expectativa de que o pai o ouvisse e realizasse as orientações técnicas repassadas. Ou seja, apostei que o filho teria mais facilidades em explicar a situação ao pai. Assim, o rapaz prontamente se dispôs a interferir junto ao pai, primeiramente explicando sobre a importância das medidas sanitárias. Também sem sucesso para que o pai realizasse tais medidas, e percebendo que os animais continuavam a morrer, o rapaz me pediu ajuda para realizar todos os procedimentos necessários e vacinar os animais que ainda restavam. Porém, o filho disse que o Sr. Ferreirinha não aceitaria tal ajuda e que nossa intervenção deveria acontecer em um dia que o pai não estivesse presente.

Na semana seguinte, assim foi feito. Um dia que o Senhor Ferreirinha tinha agendado uma consulta médica, o seu filho e eu vacinamos todo o rebanho e realizamos limpeza e retirada de possíveis focos de contaminação como alimentos deteriorados e ossos e carcaças de animais das pastagens. Passamos o dia todo por lá. O rapaz também adquiriu um pacote de sal mineral conforme o orientado e deixou a disposição para o pai. O filho do Senhor Ferreirinha apenas me solicitou que evitássemos relatar ao pai que foi realizado tal procedimento de vacinação e limpeza sem o seu consentimento, pois ele poderia ficar chateado com a situação.

Passados cerca de três meses, reencontrei o Senhor Ferreirinha em outra reunião no assentamento Vereda. E para minha surpresa, ele me abordou dizendo que tinha revolido a demanda anterior e que nenhum outro animal havia adoecido ou morrido. Inicialmente eu até pensei que o filho tinha quebrado nosso acordo e contado sobre nossa visita “escondida”. No entanto, no decorrer da conversa, pude ver que solução veio por outra via.

Segundo o relato do Sr. Ferreirinha, algumas semanas após a minha visita na chácara em que foi realizada a avaliação clínica do último animal doente, ele recebeu informações sobre um *benzedor de cobra* que morava em outra cidade longe dali e conseguiu contrata-lo para o serviço de ritual de expulsão das cobras da sua chácara. Obviamente curioso, solicitei que me contasse como foi realizada a *benzeção*. Com empolgação em detalhes, o Senhor Ferreirinha informou que o *benzedor* tinha uma vestimenta branca como de túnica e que o rito se deu com uma espécie de cajado de madeira e imposição das mãos sobre as pastagens num primeiro momento, e depois sobre os animais. Eram declamadas orações católicas variadas, ora

sussurradas ora bradadas. Ainda, segundo Sr. Ferreirinha, o benzedor trouxe algumas plantas e ervas já secas e solicitou que fossem adicionadas à alimentação dos animais durante algumas semanas. Principalmente que fossem misturadas ao sal mineral. Por fim, o Senhor Ferreirinha agradeceu minha disposição em ajudar, porém enalteceu o sucesso que obteve com a contratação do *benzedor*.

Demonstrei minha satisfação por ver o caso solucionado e pedi, inclusive, o contato telefônico desse *benzedor*, pois em outros assentamentos que eu trabalhava poderia surgir também esse tipo de demanda. Sem, no entanto, confrontar a crença e nem expor ao agricultor aqui em questão as minhas análises, acredito que o saber popular do *benzedor* aliado a *fé* do Senhor Ferreirinha no rito realizado, certamente também contribuíram para a prevenção das mortes dos animais tanto quanto as recomendações técnicas e as práticas sanitárias realizadas pelo seu filho e por mim. Isso porque, de acordo com o que Mauss (2003) aponta sobre a relação entre a magia e a experimentação prática, ao tomar como parte de seu ritual a adição de ervas ao sal mineral, o *benzedor* contratado pode ter percebido que obtém maior sucesso após seu ritual de *expulsão das cobras*. Tecnicamente, também creio que a indicação dessas ervas à alimentação estimulou e favoreceu a ingestão de minerais que são imprescindíveis na boa saúde e prevenção das doenças, além de ter colocado o produtor em maior contato diário com os animais, melhorando o cuidado nutricional e sanitário com o gado de modo geral.

3.3 Relato 3 – Simbolismos e Ritos nas Reuniões de Ater

As reuniões, e, especialmente aqui abordadas as reuniões técnicas, são importantes ferramentas no serviço de Ater pública. Além da troca de informações e saberes técnicos de área diversas, sejam de caráter social ou produtivo (agropecuária, agroartesanal ou agroindustrial), as reuniões também se tornam momentos imprescindíveis na avaliação do andamento do serviço prestado (*feedback*). No caso aqui especificado de prestação desse serviço por chamada pública do Incra, as reuniões técnicas realizadas nos assentamentos constavam como metas obrigatórias a serem cumpridas na execução do referido edital.

Previamente planejados, os temas técnicos a serem abordados nas reuniões, na maioria das vezes, eram definidos pela comunidade e seus representantes que avaliavam juntamente com os técnicos da Emater-DF, as particularidades de cada assentamento, seus potenciais econômicos e produtivos e também levam em conta os desejos e “sonhos” que a comunidade almejava. Portanto, mesmo que uma reunião fosse de caráter técnico com troca de informações de cunho produtivo, agrícola ou pecuária, a Emater-DF e os técnicos apresentavam-se sempre

como entidade convidada do local, ou seja, não coordenava as reuniões de maneira isolada. As reuniões, dessa forma, sempre eram coordenadas pelas lideranças locais (presidentes de associações, cooperativas ou movimentos sociais, líderes religiosos, políticos regionais, etc).

Relatando as reuniões de trabalhadores rurais e descrevendo suas nuances, Comerford (1999) destaca a importância da participação política e social das famílias e demais moradores, e aponta para as reivindicações e soluções coletivas que são encaminhadas nessas reuniões. Dentre os signos e ritos verificados ao longo de reuniões, o autor indica que os momentos de oração e reflexão religiosa estabelecidos em pauta logo no início da atividade são observados em muitas comunidades rurais pelo país. Ele salienta ainda que, juntamente com outros momentos iniciais de cânticos e dinâmicas de grupo, o momento de oração contribui para aumentar o entusiasmo coletivo e favorecer o entrosamento para participação de todos. (Comerford, 1999).

Na região dos assentamentos em que trabalhei na cidade de Padre Bernardo-GO, a presença das igrejas evangélicas é bastante significativa. Analisando as evasões e rotatividades em assentamentos rurais, Mello (2006) destacou o expressivo crescimento no número de assentados que se declaram evangélicos, bem acima do aumento percentual nacional das últimas décadas apontado pelos institutos de pesquisas. O autor, então, salienta a posição preponderante que as igrejas evangélicas tem assumido na construção de coesão social e contenção de conflitos locais, e ressalta que os assentados evangélicos tendem a uma menor rotatividade e evasão da reforma agrária em relação aos católicos (Mello, 2006).

Neste contexto, relato a seguir outra situação que vivenciei na prática de Ater. Como informado, as reuniões nos assentamentos que contavam com a participação da Emater-DF, fossem de caráter técnico produtivo, fossem de caráter meramente informativo ou comemorativo, eram sempre precedidas de uma apresentação inicial de uma liderança do local, muitas vezes o presidente da associação de moradores do assentamento. E acontecia, essencialmente nesse momento, uma oração feita pela liderança religiosa local. No caso aqui em questão, na maioria das vezes essa oração inicial era realizada por pastores das igrejas evangélicas.

Como as igrejas são várias e de congregações diferentes, caso estivessem presentes na reunião mais de uma liderança religiosa, naturalmente observava-se uma regra de permitir que o pastor mais velho ali presente iniciasse a oração. Portanto, era um momento que servia, dentre outros motivos, para solicitar serenidade aos participantes e calma nas colocações e debates que pudessem ali ocorrer, principalmente se a reunião tivesse temas polêmicos em pauta. Era um momento também de deferência e silêncio que contava com participação e compreensão de

praticamente todo o público presente. As pessoas, independentemente de suas crenças ou religiões, em demonstração de respeito pelo rito, retiravam seus bonés ou chapéus que estivessem usando, abaixavam as cabeças e a liderança religiosa à frente fazia sua prece espontânea e logo após convidava o público a declamar, em conjunto, a oração conhecida como “Pai Nosso”.

Notava-se que a escolha do “Pai Nosso” se justificava por ser considerada ali para aquela comunidade uma oração que poderia ser realizada tanto por evangélicos quanto por católicos e que não geraria, dessa forma, discórdia ou ofensa, por serem ambas de base cristã. Era um certo “ponto de equilíbrio” encontrado ao longo do processo de formação e instalação das famílias.

Porém, era o meu primeiro dia de trabalho no assentamento Boa Vista na região do Pé de Serra. Ainda não tinha participado de reuniões técnicas na prestação de serviço de Ater e muito menos tive contato prévio com os assentamentos de reforma agrária. Por isso, aquela situação e o rito eram completamente novos pra mim. Eu observava o andamento desse rito inicial, tentando manter o máximo de discrição e respeito. No entanto, a minha vontade de reverenciar e mostrar empatia pelo momento, me fez passar por uma situação relativamente constrangedora: Eu não sabia ainda que as famílias presentes na reunião eram em sua grande maioria evangélicas, e, também não conhecia sobre o simbolismo de se evitar outras orações que não fossem o “Pai Nosso”, para garantir, vamos assim dizer, o respeito em relação aos demais presentes que por ventura fossem católicos ou de outras crenças. Portanto, tão logo finalizou-se tal oração, eu, empolgado, em voz alta e estridente, talvez para tentar demonstrar que estava interagindo, seguindo as regras e compartilhando da fé local, iniciei a oração católica conhecida como “Ave Maria”. Rapidamente percebi que ninguém por ali me seguiu na referida oração. Mantiveram-se todos calados e entreolhando-se. Bastante encabulado e percebendo o equívoco, fui lentamente reduzindo o tom de voz até me calar por completo. Não cabe aqui citar os motivos ou bases históricas e culturais que a figura de “Maria”, mencionada no livro da bíblia como mãe de Jesus, pode exercer sobre os diferentes seguimentos do cristianismo, como a fé católica ou fé evangélica. Todavia, para além do instante constrangedor dos olhares e interrupção ocorrida no momento que iniciei, individualmente, uma outra oração que não condizia com o rito local, mas especialmente, destaco o instante de aprendizado que a naquela situação propiciou.

Desde então, em outros vários momentos vivenciados de interação social com comunidades rurais ao longo da minha trajetória como extensionista, especialmente quando se trata de um primeiro contato ou apresentação do meu trabalho junto aos moradores e trabalhadores rurais, sempre rememoro esse episódio para que possa manter-me atento e

respeitoso aos costumes locais, aos simbolismos e signos ali presentes. Quanto ao episódio aqui contado, apesar de em certa medida, ter “quebrado” um código local naquela ocasião, em várias outras reuniões que participei no mesmo assentamento em outros momentos após esse ocorrido, sempre fui muito bem recebido pelas famílias assentadas e, percebi que quando queriam se referir a mim, para ser discernido de outros técnicos ali presentes, eu era carinhosamente cognominado pelos trabalhadores e moradores como o “moço da Ave Maria”.

4. Reflexões Finais

Rememorando aqui algumas experiências profissionais nos assentamentos de reforma agrária do Entorno do Distrito Federal, entende-se que as famílias assentadas estão naturalmente inseridas no contexto moderno das formas capitalistas de produção e reprodução social, e, portanto, elas possuem importantes relações mercantis com a terra e valoração financeira de suas produções agropecuárias. No centro oeste do Brasil, região das comunidades relatadas nesse artigo, destaca-se a forte presença do agronegócio e produção de commodities agrícolas e pecuárias, e, portanto, parte dos assentamentos são vizinhos de grandes plantações de soja, milho, cana de açúcar, etc. ou das grandes fazendas de gado bovino. Por conseguinte, percebe-se também que as famílias assentadas convivem e possuem claras relações, ora conflituosas ora amistosas, com esse agronegócio regional.

Nota-se, por vezes, relações produtivas bastante importantes para subsistência financeira, onde algumas famílias arrendam seus pequenos lotes de terra para plantio de grãos, o que garante certo rendimento pecuniário sem que haja grande investimento por parte dessas famílias. E, percebe-se também algumas relações trabalhistas entre grandes os fazendeiros e as comunidades assentadas, onde os trabalhadores prestam serviços, permanentes ou temporários, às fazendas circunvizinhas e, concomitantemente, mantêm suas pequenas chácaras com o trabalho executado pelos outros membros da família que permanecem na propriedade.

Entretanto, como apontado por Woortmann (1990a), a campesinidade não é uma prisão cultural e, por isso, ressalta-se por outro lado, que a intenção desse artigo tampouco foi afirmar categoricamente que o assentado é um camponês e ponto final, mas sim trazer alguns exemplos dos valores e características de campesinidade, em especial as questões de ordem moral, simbólica e subjetiva, que foram observadas nas atividades de campo de Ater. Por isso, acredita-se que há motivos para manterem-se ativas as pesquisas científicas e acadêmicas que correlacionem a “campesinidade” à “agricultura familiar” e, principalmente, que esses trabalhos possam ser acessíveis aos técnicos de campo e extensionistas rurais para que se possa

refletir e aprender cada vez mais com essas conjecturas e arranjos sociais. E ainda, para que as ações de Ater, individuais ou coletivas, considerem a diversidade e pluralidade cultural e identitária que são encontradas nas comunidades rurais em todo o Brasil e que por vezes ficam enraizadas e homogeneizadas no conceito genérico de “agricultura familiar”.

Referências

Barbosa, G. R. & Assunção, W. L. (2007) *Caracterização da dinâmica climática da microrregião do entorno do Distrito Federal–Goiás*. Brasil.

Comerford, J. C. (1999) “As reuniões dos trabalhadores rurais como forma de sociabilidade” in *Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política.

Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Recuperado em 27 de dezembro de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm.

Demetrio, A. M. V. (2016). “A cura: pelas mãos ou pela fé?” Técnica e a fé nas manifestações culturais na Zona Rural de Manaus-AM. *Revista Cronos*, 17(1), 135-150.

Döbereiner, J., & Dutra, I. (2004). O botulismo dos bovinos e o seu controle. *Embrapa Agrobiologia-Comunicado Técnico (INFOTECA-E)*.

Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Recuperado em 27 de dezembro de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm.

Marques, M. I. M. (2012). A atualidade do uso do conceito de camponês. *Revista nera*, (12), 57-67.

Mauss, M. (2018). *Sociologia e antropologia*. Ubu Editora LTDA-ME.

Martins, J. D. S. (1981). Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. *Petrópolis, RJ: Vozes.*

Medeiros, L. S. D. (1995). Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo.

Medeiros, L. S. D. (2010). Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política. *Las agriculturas familiares del MERCOSUR*, 131.

Oliveira, M. F. (2011). *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração*. Universidade Federal de Goiás. Catalão–GO.

Oliveira, M. L. R. (2012, v. 6, n. 12). *Formação dos assentamentos rurais na região integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal*. Boa Vista, *ACTA Geográfica*.

Oliveira, M. L. R. (2007) Retratos de assentamentos: *Um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, 2007.

Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. Santa Maria.Ed. UAB/NTE/UFSM.

Sabourin, E. (2014). Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: *Oficina “Agricultura familiar: atuais perspectivas e futuro”*. Brasília: NEAD

Schweickardt, J. C. (2002). Magia e religião na modernidade: os rezadores em Manaus. In *Magia e religião na modernidade: os rezadores em Manaus* (pp. 269-269).

Scoones, I.(2009) “Livelihoods perspectives and rural development”. *Journal of Peasant Studies*. Abingdon, Routledge Taylor & Francis Group.

Wanderley, M. D. N. B. (1999). Raízes históricas do campesinato brasileiro. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*, 3, 21-55.

Wanderley, M.D.N.B. (2000). A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 2.

Wanderley, M. D. N. B. (2014). O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de economia e sociologia rural*, 52, 25-44.

Woortmann, E. F., & Woortmann, K. (1997). *O trabalho da terra: a lógica ea simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora UnB.

Woortmann, K. (1990). Com parente não se negueia—O campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico/87*. Brasília: Editora Universitária de Brasília. *Tempo Brasileiro*.

Woortmann, K. (1990). *Migração, família e campesinato* (No. 87). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Renato de Carvalho Lopes – 100%